

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-515-0 DOI 10.22533/at.ed.150190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura e todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

SAÚDE E CIDADANIA

CAPÍTULO 1	1
(RE)ENCONTRANDO SENTIDO NOS (DES)ENCONTROS DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Henrique Carlos Santana Redman	
DOI 10.22533/at.ed.1501906071	
CAPÍTULO 2	9
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAPS AD	
Beatriz Holanda Macena	
Esequiel Pagnussat	
Herbênia Carmen de Lima Oliveira	
Isadora da Silva Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.1501906072	
CAPÍTULO 3	20
A TRANSFORMAÇÃO DAS TECNOLOGIAS MÉDICAS E A ORGANIZAÇÃO DA MEDICINA COMO CIÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda	
Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.1501906073	
CAPÍTULO 4	31
ANOMIA JURÍDICA ENQUANTO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS EM SAÚDE NO BRASIL	
Francisco Edmilson Dias Araújo	
Antonia Lourenny Epifanio Souza	
Francisco Fernando Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1501906074	
CAPÍTULO 5	36
TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM	
João Marcos Ferreira Gonçalves	
Eduardo Luiz Muniz Medeiros	
Ítalo Moreira Leite	
João Paulo de Paiva Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.1501906075	
CAPÍTULO 6	52
PROJETO DE INTERVENÇÃO COLETIVA: PROPOSTA PARA FORMAÇÃO MÉDICA ATUAL	
Lucas Nunes Meireles	
Gabriela de Oliveira Carvalho	
Rafaela Lima Camargo	
Yolanda Schiavo Schettino de Oliveira Borges	
Roberta Mendes Von Randow	
Tatiana Vasques Camelo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1501906076	

CAPÍTULO 7	63
POLIOMIELITE: O FIO DA NAVALHA	
Maria Cristina Baluta	
Dircéia Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.1501906077	
EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
CAPÍTULO 8	70
ESTUDAR E VIVER NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS	
Rubens da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1501906078	
CAPÍTULO 9	84
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO PROESDE NA UNISUL	
Milene Pacheco Kindermann	
Rosiléia Rosa	
Ivana Marcomin	
Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafa	
Flávia Wagner	
DOI 10.22533/at.ed.1501906079	
CAPÍTULO 10	95
HABILIDADES SOCIAIS E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS DA FACIG, NOS CURSOS DA ÁREA DE EXATAS	
Iara Duarte Moreira	
Laís da Silva Huebra	
Juliana Santiago da Silva	
Márcio Rocha Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.15019060710	
CAPÍTULO 11	106
IMPORTÂNCIA DO PERFIL EMPREENDEDOR PARA OS GESTORES/COORDENADORES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
Cristina Nunes Rocha	
Andréia Almeida Mendes	
Daniel José Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15019060711	
CAPÍTULO 12	122
METODOLOGIA IRDI NAS CRECHES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
Ana Paula Magosso Cavaggioni	
Michelle Cristine Tomaz de Oliveira	
Miria Benincasa	
DOI 10.22533/at.ed.15019060712	

CAPÍTULO 13	134
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	
Cláudio Eduardo Resende Alves Magner Miranda de Souza Nilma Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.15019060713	
CAPÍTULO 14	148
O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ivana Alves Monnerat de Azevedo Mauriane Almeida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.15019060714	
CAPÍTULO 15	162
GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?	
Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra Anna Jéssica do Vale Bonamigo	
DOI 10.22533/at.ed.15019060715	
CAPÍTULO 16	171
PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA COMO INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL À DIGNIDADE HUMANA DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS	
Maíra Bogo Bruno Jaqueline de Paula e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.15019060716	
CAPÍTULO 17	182
PERCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ATIVIDADES DE ROBÓTICA EDUCACIONAL	
Angel Pena Galvão Paulo Marcelo Pedroso Pereira Andrik Guimarães Ferreira Clayton André Santos Maia Aloisio Costa Barros Irley Monteiro Araújo Juarez Benedito da Silva Alan Christian da Silva Pinheiro Alan Cristian Martins Ribeiro Marcio Juvenal Cardoso Tapajós Eunice Raimunda Vinhote de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.15019060717	

JUSTIÇA E CIDADANIA

CAPÍTULO 18	190
A TECNOLOGIA DA LINGUAGEM JURÍDICA E A PARIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA	
Diego Henrique Damasceno Coêlho Camila Braga Corrêa João Pedro Schuab Stangari Silva Luíza Carla Martins da Rocha Tuler Natália da Luz Mendes Rinara Coimbra de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060718	
CAPÍTULO 19	202
ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: ALTERIDADE NO RECONHECIMENTO DE DIREITOS PARA POVOS INDÍGENAS	
Gabriel Moraes de Outeiro Durbens Martins Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.15019060719	
CAPÍTULO 20	213
CRIME DE VILIPÊNDIO: O DIREITO À MEMÓRIA DE PESSOAS FALECIDAS E SUA VIOLAÇÃO PELAS REDES SOCIAIS	
Lorena Almeida Vieira Rodrigo Oliveira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.15019060720	
CAPÍTULO 21	225
O PSICODIAGNÓSTICO RORSCHACH COMO MÉTODO INVESTIGATIVO NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE JOVENS QUE COMETERAM HOMICÍDIOS	
Ana Beatrice Colares Rocha Maria das Dores Carneiro Pinheiro Patrik Hilliard Silva dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.15019060721	
CAPÍTULO 22	231
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): PERSPECTIVAS JURÍDICAS E SOCIAIS	
Camila Braga Corrêa Diego Henrique Damasceno Coêlho Bernardo Henrique Pereira Marcial Emmanuelle da Silva Viana Fábio da Costa Batista Gomes Julliana Victória Almeida Roberto João Pedro Schuab Stangari Silva Rinara Coimbra de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060722	
CAPÍTULO 23	243
A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA E AS QUOTAS GRAVADAS POR PENHOR: A BOA-FÉ COMO LIMITE DA REALIZAÇÃO DOS HAVERES NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETIRADA	
Alicya Cordeiro Evangelista Pontes João Matias Costa Sobrinho Alessandro Barbosa de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060723	

CAPÍTULO 24	248
A TECNOLOGIA DA LINGUAGEM JURÍDICA E A PARIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA	
Diego Henrique Damasceno Coêlho	
Camila Braga Corrêa	
João Pedro Schuab Stangari Silva	
Luíza Carla Martins da Rocha Tuler	
Natália da Luz Mendes	
Rinara Coimbra de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.15019060724	
CAPÍTULO 25	260
JUSTIÇA RESTAURATIVA, PRÁTICAS RESTAURATIVAS E CULTURA DA PAZ: PERSPECTIVAS PARA O PROCESSO REFLEXIVO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS	
Nei Alberto Salles Filho	
Daniele Cristina Bahniuk Mendes	
Thais Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.15019060725	
SOBRE A ORGANIZADORA	268
ÍNDICE REMISSIVO	269

ANOMIA JURÍDICA ENQUANTO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS EM SAÚDE NO BRASIL

Francisco Edmilson Dias Araújo

Bacharel em Administração; Professor da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP), Pau dos Ferros/RN; prof.admedm@gmail.com;

Antonia Lourenny Epifanio Souza

Graduanda em Direito; Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); lourennysouza@gmail.com;

Francisco Fernando Dias da Silva

Graduando em Direito; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP); fernando.dias.silva@outlook.com.

RESUMO: Diante do complexo universo do capitalismo e dos desafios sociais gerados pela busca incessante da maximização do lucro, surgiram empreendimentos que buscam agregar à geração de valor financeiro também um atributo social. O termo negócio social é uma das muitas definições para esse tipo de empreendimento o que tem ganhado espaço nos países em desenvolvimento, visando resolver um problema social por meio da utilização de métodos de negócio. O presente estudo se dispôs a avaliar as dificuldades dos empreendedores sociais no Brasil, sobretudo no que se refere à ausência de regulamentação jurídica, através de uma pesquisa de revisão. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura a partir de fontes secundárias de análise

documental com uma coleta de dados em meio eletrônico. Identificou-se que, mesmo sendo uma área de investimento recente, já existe um considerável número de iniciativas empreendedoras voltadas ao acesso à saúde, mas que encontram inúmeras dificuldades de caráter tributário e burocrático, sobretudo decorrentes da inexistência de uma legislação específica aplicada a esse modelo de negócio.

PALAVRAS-CHAVE: Problemas Sociais. Gestão em Saúde. Normas Jurídicas.

INTRODUÇÃO

A prática de empreender é, sem dúvida, um dos grandes motores que movem a economia. Desde a pequena à grande organização, se encaixa nos mais diversos momentos que a economia enfrenta, o que pede criatividade e inovação como critério de sucesso na hora de abrir um novo negócio, devendo o empreendedor estar ciente dos riscos que o mercado traz e preparado para enfrentá-los.

Schumpeter (1997) estabelece um vínculo direto do empreendedorismo com a inovação e o desenvolvimento econômico, definindo-o como uma forma de introduzir novas técnicas, novas ideias, novos produtos, novos recursos ou novas formas na organização. Assim, é

aproveitar novas oportunidades em novos cenários, conquanto Morin (2015) avalia que o sistema econômico que vigora atualmente é constantemente marcado pela instabilidade e pela crise, devido à forma tradicional do capitalismo, pautada apenas na geração e maximização do lucro, o que levou à geração de vários desafios sociais.

Esses desafios levaram ao aparecimento de formas organizacionais alternativas, com novos modelos pautados na geração de algum valor social ou ambiental além do valor econômico, constituindo-se como uma forma de promover soluções e respostas ao reducionismo economicista (MORIN, 2015). Um exemplo disso é o empreendedorismo social que se apresenta como os demais tipos, ligado à inovação e à criatividade, mas cuja diferenciação se encontra na sua atuação coletiva e na geração do seu produto final, tendo como principal objetivo alcançar um impacto social.

Muhammad Yunus, criador do termo “negócio social” defende que o propósito desse tipo de empreendimento é utilizar métodos de negócios (incluindo criação e venda de produtos ou serviços) para resolver um problema social, no qual “o princípio de maximização dos lucros é substituído pelo princípio do benefício social. Em vez de acumular o maior lucro financeiro possível – para ser desfrutado pelos investidores – a empresa social procura alcançar objetivos sociais” (YUNUS, 2010, p. 37), sendo que o lucro gerado deve ser novamente investido para crescimento da organização, de modo a criar um negócio autossustentável.

Com isso, esse modelo de negócio se torna propulsor de grandes transformações e mudanças na sociedade e, por vezes, passa a ser confundido com outros tipos de organizações de caráter filantrópico, como ONGS por exemplo, que sobrevivem de doações.

No entanto, Yunus (2010) alerta que, apesar de não visar a maximização do lucro, o negócio social se diferencia dos demais tipos de organizações sem fins lucrativos pelo fato de se tratar de uma organização com atividades que geram dinheiro, mas que o seu objetivo de negócio principal é a superação da pobreza ou de problemas sociais que são prejudiciais para as pessoas e a sociedade, existentes em áreas como educação, saúde, acesso à tecnologia, habitação e ainda serviços financeiros, meio ambiente, entre outros.

Além disso, para ser considerado negócio social, o empreendimento precisa atender a requisitos como (YUNUS, 2010): atingir a “base da pirâmide” (classes D e E), promover inovação disruptiva e catalítica (desconstruir conceitos, criar oportunidades e distribuição de capital), gerar impacto social (mudanças significativas ou duradouras nas pessoas) e apresentar potencial de escalabilidade (permitir-se crescer, multiplicar, replicar e alcançar cada vez mais pessoas).

Nesse sentido, Bastos, Vasconcellos e Teodósio (2013, *apud* SILVA, 2016) tratam que os negócios sociais (inclusivos), por estarem ligados essencialmente ao combate à pobreza se adequam bem a países emergentes como o Brasil, tendo grande relevância como objeto de estudo acadêmico e representando uma chance

real de combater o cenário de pobreza que pode ser identificado em várias regiões no país.

No entanto, por se tratar de um tema relativamente novo em discussão na realidade brasileira, percebe-se ainda uma escassez de estudos e a ausência de legislação específica para os empreendimentos de impacto social. Este último fator pode ser compreendido como anomia que, na concepção de Rosa (2004), em seu significado etimológico descreve a falta de lei, ou falta de normas de conduta, sendo um dos conceitos de maior utilidade para o estudo dos fenômenos da normatividade jurídica.

Assim, o presente trabalho trata-se de um estudo de revisão de pesquisas sobre as dificuldades dos empreendedores sociais no Brasil, notadamente no que diz respeito à ausência de enquadramento jurídico específico para os negócios sociais ou inclusivos. Portanto, este estudo tem como objetivo avaliar as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores sociais da área de saúde no Brasil, decorrente da ausência de regulamentação legal específica para esse tipo de negócio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotou-se como método a revisão de literatura ou revisão bibliográfica, caracterizada por Alves-Mazzotti (2002) como tendo dois propósitos básicos: a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa.

A partir disso, utilizou-se a técnica de análise documental que, conforme avaliam Richardson et al (1999), consiste em uma série de operações que visam estudar documentos no intuito de compreender circunstâncias sociais e econômicas de modo a tornar compreensível o conteúdo expresso nos documentos usados para o *corpus* da pesquisa.

Realizou-se um estudo com coleta de dados a partir de fontes secundárias, por meio da pesquisa em meio eletrônico, sendo inicialmente realizada uma busca avançada no portal bvsalud.org, da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) - plataforma integrada que inclui bases de dados nacionais e internacionais, tais como: MEDLINE, LILACS e SciELO. Para a busca dos artigos, usaram-se os seguintes termos: “Empreendedorismo Social” e “Negócios Sociais” relacionados a “Saúde”.

Constatada a ausência de literatura específica sobre a temática, a pesquisa foi direcionada pela ferramenta Google Acadêmico, priorizando-se produções científicas que tratassem da temática e fossem vinculadas a instituições de ensino superior, de modo a garantir a credibilidade das informações. Dessa forma, adotaram-se como critérios de inclusão: textos em português, trabalhos na íntegra que tratassem da temática e que fossem escritos nos últimos cinco anos (2013-2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliadas duas pesquisas em nível de graduação, que tratam sobre o cenário dos negócios inclusivos no Brasil: Silva (2016) que faz um mapeamento desses negócios por áreas de atuação; e Bornhausen (2017) que discute os desafios jurídicos e possibilidades de enquadramento.

O primeiro estudo identificou duzentos negócios, das mais variadas áreas, sendo que 24 (vinte e quatro) deles possuem como ramo de atuação a área da Saúde; identificou-se ainda outros das áreas de Tecnologia Assistiva (4) e Sustentabilidade (9) que também estão relacionados com questões da área da saúde, apresentando potenciais soluções para problemas recorrentes na sociedade.

Quanto ao segundo estudo, observou-se que os empreendimentos sociais não são contemplados na legislação brasileira vigente, ficando entre as legislações aplicáveis ao privado e ao filantrópico, cada uma regida por uma norma jurídica diferente.

Dessa forma, o empreendimento social pode se enquadrar tanto em uma Sociedade por Quotas Limitadas (Ltda.) como em uma Sociedade Anônima (S.A.), ou estar entre a estruturação de uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), dependendo da sua constituição. Nessas condições, por vezes se faz sendo necessária a inscrição em duas personalidades jurídicas diferentes para evitar incorrer em ilegalidade, mas o que aumentam a carga tributária e as exigências legais particulares a cada um desses negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, apesar de ser uma área bem jovem no Brasil, já existe uma quantidade significativa de iniciativas empreendedoras voltadas à melhoria do acesso à saúde, sendo apoiadas por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

No entanto, identifica-se também a ausência de uma terminologia única e uma legislação específica que regule os negócios de impacto social, o que cria uma série de dificuldades de caráter burocrático e tributário para o empreendedor, podendo limitar o aumento do número de empresas nesse formato.

Portanto, considera-se necessária a mudança na legislação para incentivar empreendedores com iniciativas governamentais que favoreçam o desenvolvimento de mais negócios desse tipo, visto que se mostram promissores e têm grandes benefícios para o país, atuando para redução dos problemas sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas ciências sociais. In: ALVES -MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 109-187.

BORNHAUSEN, R. A. K. **Desafios Jurídicos dos Negócios de Impacto Social no Brasil**. 2017. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2017.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

ROSA, F. A. M. **Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social**. 17.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, C. S. **Mapeamento de Negócios de Impacto Social e Organizações Congêneres no Brasil**. 2016. 37 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Centro Universitário FEI: Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

YUNUS, M. **Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Antropologia 18, 202, 203, 207, 208, 211, 212

C

Ciência 17, 72, 81, 97, 156, 247, 260

D

Direitos humanos 91, 180, 212, 262

E

Educação 36, 49, 52, 82, 85, 87, 89, 91, 94, 95, 120, 122, 123, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 176, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 189, 201, 236, 241, 242, 259, 260, 261, 263, 266

Empreendedor 106, 107, 114, 117, 120, 121

Estudantes estrangeiros 70, 81

Extensão universitária 84

G

Gestão democrática 170

I

Indígenas 202

J

Justiça 190, 191, 199, 224, 231, 245, 246, 248, 249, 257, 260, 263, 264, 267

M

Medicina 20, 52, 53, 54, 62, 137, 231, 233

P

Poliomielite 63, 65, 66, 67, 69

Programa bolsa permanência 181

R

Redução de danos 18

Robótica 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

S

Saúde 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 31, 33, 34, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 76, 95, 97, 98, 104, 122, 126, 152, 231, 233, 234, 238, 239

Saúde mental 95, 104

Sustentabilidade 34, 90

T

Terapia cognitivo-comportamental 36

Transtornos específicos de aprendizagem 36

V

Vilipêndio 213, 216, 220

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-515-0



9 788572 475150